SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

Mapa de conflitos e resistências

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL REDE OBSERVAÇÃO

Rede Observação

Apresentação

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA e se refere às licenças de exploração de petróleo dos campos de Albacora Leste, Frade, Polvo e Tubarão Martelo da operadora PRIO.

Este PEA tem como objetivo fomentar a organização social através de processos educativos que englobam formação, pesquisa e intervenção social. Visando o cumprimento desse objetivo, desenvolve suas atividades a partir da execução de três eixos metodológicos presentes na sua estrutura central: Formação e Pesquisa, Comunicação Popular e Teatro do Oprimido, que são disparadores de reflexões e buscam promover um ambiente educativo propício à produção de conhecimentos e o estímulo à intervenção social qualificada nos territórios impactados pela cadeia produtiva de petróleo e gás.

Os fascículos da coletânea "Mapas de conflitos e resistências" foram produzidos de forma colaborativa pelos integrantes dos Observatórios e pelo eixo de Formação e Pesquisa. Registram o histórico de organização social de cada grupo contemplado pelo PEA Rede Observação, evidenciam as estratégias de enfrentamento aos conflitos ambientais utilizadas pelos sujeitos prioritários e os desdobramentos dessas intervenções.

Os nomes dos integrantes dos Observatórios que contribuíram para a realização do mapeamento participativo constam ao final desta publicação.

Introdução

A cartografia produzida pelos grupos tradicionais vai além da espacialização de seus territórios, sendo também uma afirmação de seus modos de vida. O mapeamento a partir dos grupos prioritários possibilita a identificação de áreas de uso comunal, elementos da memória coletiva e lugares que fazem parte do cotidiano desses grupos, seja em função das atividades de trabalho, de lazer, dentre outras.

Foi a partir desse entendimento que o PEA Rede Observação construiu o mapa de conflitos. Acreditamos na apropriação do mapa como uma ferramenta de luta, que possibilita contar a própria história e evidenciar a presença de grupos historicamente invisibilizados por parcelas da sociedade e pelo poder público.

Assim, o nosso mapa de conflitos tem como objetivo explicitar os conflitos ambientais monitorados pelos observatórios. Para sua construção tomamos como base a narrativa e a perspectiva dos sujeitos prioritários da ação educativa do projeto, visando ampliar a visibilidade das lutas pela integridade dos territórios tradicionais e pela manutenção das respectivas atividades produtivas.

Não podemos esquecer que os conflitos ambientais territoriais se referem a disputas materiais e simbólicas por um mesmo recorte territorial. Dessa forma, a produção de mapas a partir da visão das

comunidades tradicionais, onde suas identidades e suas histórias são compartilhadas, é uma forma de atuar na luta pelo reconhecimento e valorização do modo de vida tradicional. Portanto, é uma disputa territorializada e identitária.

Para identificar e relatar as questões vivenciadas pelos grupos prioritários, foram selecionados os seguintes elementos:

I - Sujeitos prioritários;

II - Localidade;

III - Tema gerador municipal;

IV - Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos;

V - Estruturas geradoras de conflitos;

VI - Conflitos monitorados;

VII - Contexto do conflito;

VIII - Mapeamento Participativo;

IX - Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito.

Vale destacar que o tópico III, "tema gerador municipal", é o que orienta as ações do projeto em cada território. Sua construção ocorreu a partir de atividades em que foram levantados elementos da realidade local e as demandas identificadas pelos grupos como prioritárias. A partir dessas informações, foi definido um tema gerador municipal que representasse o contexto vivenciado por cada comunidade.

Já o tópico V, "estruturas geradoras de conflitos", diz respeito a estruturas físicas, bem como estruturas políticas que fazem com que determinadas atividades sejam incentivadas, enquanto outras são desconsideradas. Nesse sentido, é uma categoria abrangente que engloba aspectos materiais e imateriais do ordenamento municipal.

Essas informações foram produzidas a partir das construções coletivas que aconteceram durante as reuniões de acompanhamento realizadas ao longo da Fase 1 do PEA Rede Observação.

A equipe de Formação e Pesquisa conduziu reuniões específicas para definição de um tema gerador municipal, identificação das estruturas que interferem no território tradicional e dos impactos associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. Esses conteúdos foram fundamentais para o direcionamento das ações do projeto em cada território e serviram como ponto de partida para o processo educativo dos outros eixos metodológicos.

Mas o levantamento de informações não se restringiu a um eixo ou somente a atividades específicas. Alguns elementos foram revelados a partir de informações que apareceram em reuniões do Teatro do Oprimido, Comunicação Popular, assim como as demais reuniões de Formação e Pesquisa. Por exemplo, o levantamento dos atores sociais envolvidos no conflito e suas formas de atuação, realizado para a construção das cenas do Teatro do Oprimido, contribuiu para uma melhor compreensão das relações sociais e das disputas presentes nesses conflitos.

O único tópico que não foi construído exclusivamente por fontes primárias, ou seja, pelos relatos dos grupos, é o "contexto do conflito". Essa parte buscou apresentar um breve panorama do município, recorrendo a fatores históricos que permanecem influenciando na dinâmica local, localizando o grupo prioritário no espaço-tempo. Para isso, também foram utilizadas fontes secundárias, como

sites das respectivas prefeituras, IBGE, estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado, Relatório Final do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, dentre outras fontes.

Em alguns lugares foram apresentados o brasão de armas, que é uma imagem que simboliza aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos do município. Ou seja, os elementos que compõem essa imagem estão relacionados à sua importância no desenvolvimento daquele município. A escolha desses símbolos busca explicitar como muitas atividades produtivas que foram importantes historicamente para os municípios vêm sendo desconsideradas, enquanto outras atividades são estimuladas.

A pesca e a agricultura, fundamentais para a manutenção da vida, são destacadas em diversos brasões, mas na atual conjuntura não recebem a devida atenção do poder público, que constantemente opta por incentivar outras atividades econômicas que são incom-

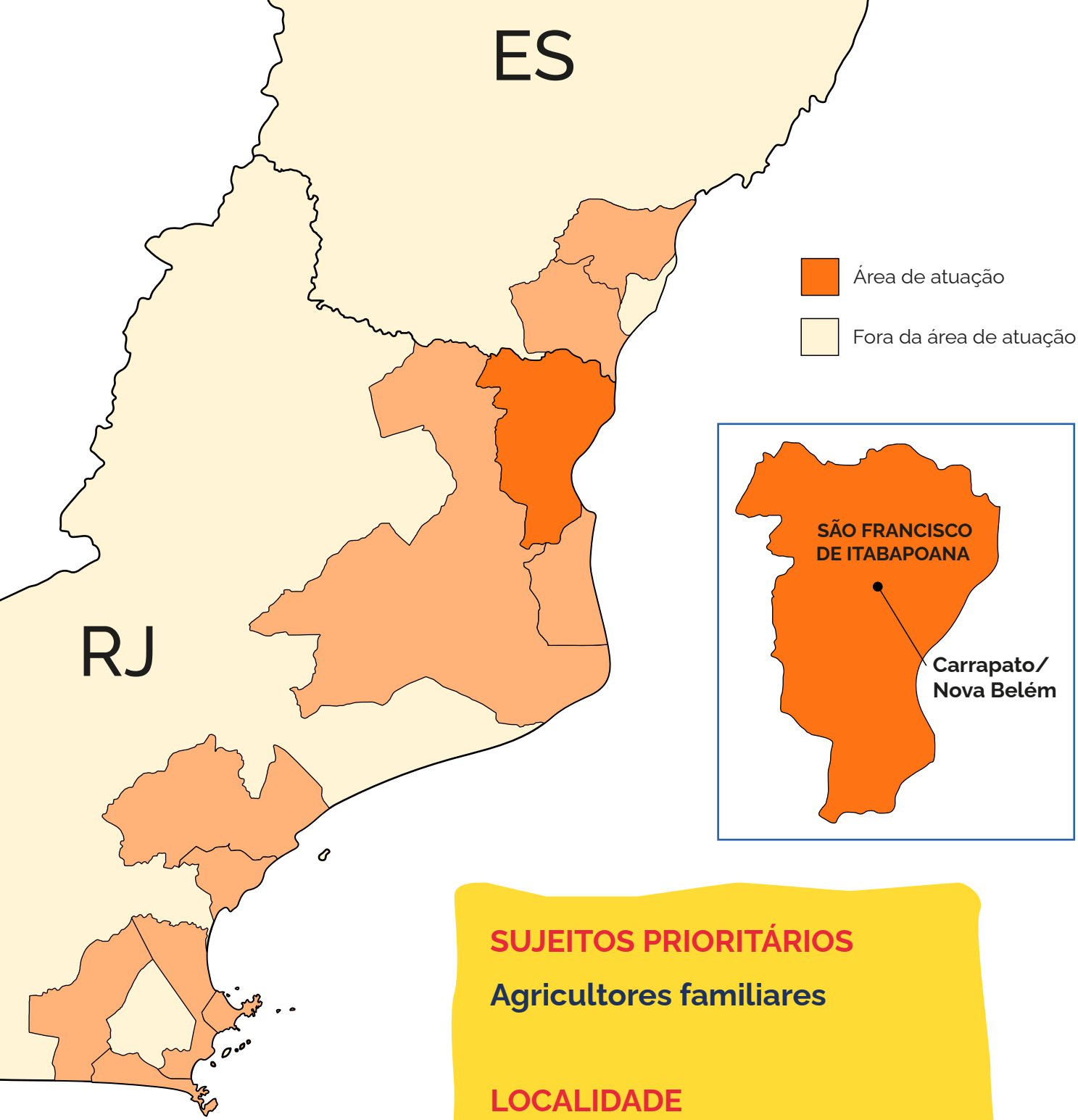
patíveis com as atividades tradicionais. Com isso, pescadores e agricultores vêm enfrentando dificuldade no acesso a políticas públicas existentes e reivindicando a criação de novas, visando a manutenção de suas atividades. Assim, o processo de uso e ocupação do território terrestre, marinho ou lagunar e a ameaça da integridade do território tradicional é contextualizada em termos sociais, econômicos e políticos.

Por fim, a relação com outros municípios próximos reforça uma perspectiva regional. A materialização de cadeias produtivas, como é o caso da de petróleo e gás, precisa de uma ampla rede voltada para a produção, transformação e circulação do produto. Isso implica em uma série de atividades econômicas de apoio à indústria que extrapolam os limites municipais.

Com isso, mesmo aqueles municípios que não têm instalações físicas da indústria do petróleo, como os terminais, refinarias, portos, dentre outros, também são impactados em função das transformações ocorridas regionalmente. Há, portanto, municípios que sofrem impactos mais diretos e explícitos da cadeia produtiva de petróleo, enquanto outros sofrem impactos indiretos, decorrentes dos novos arranjos que acompanham a consolidação dessa indústria. Mas esses impactos indiretos não são menos importantes para os grupos impactados.

A seguir, veremos como ocorrem os conflitos no município de São Francisco de Itabapoana.

stam



SUJEITOS PRIORITÁRIOS

Agricultores familiares

LOCALIDADE

Carrapato/Nova Belém

TEMA GERADOR MUNICIPAL

Manutenção da integridade do território agrícola

Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos

- Êxodo rural
- Desestruturação da atividade produtiva familiar

Estruturas geradoras de conflitos

- Unidade de Conservação
- Falta de acesso a serviços públicos de transporte, saúde e iluminação
- Dificuldades de acessar políticas públicas de fomento à agricultura familiar

Conflitos monitorados

- Desequilíbrio ambiental na Unidade de Conservação (Plano de Manejo das capivaras)
- Acesso a políticas públicas para permanência no território

Contexto do conflito

O município de São Francisco de Itabapoana está localizado na Região Norte Fluminense e foi criado em 1995, quando se emancipou de São João da Barra. O desenvolvimento dessa região é historicamente marcado pela lavoura canavieira e a economia municipal ainda tem forte relação com a terra.

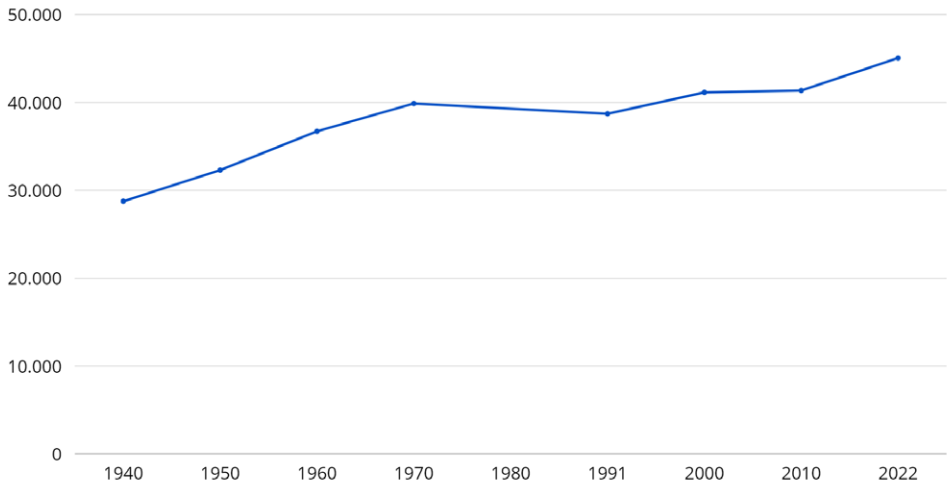
Atualmente, a economia local é movida pela agricultura, pecuária, pesca e turismo. Os três primeiros estão presentes no brasão do município, conforme a imagem a seguir:

Brasão de São Francisco de Itabapoana

O destaque para o abacaxi tem relação com a sua importância para o município, visto que São Francisco é o 2º maior produtor nacional de abacaxi e o maior do estado do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que, embora tenha uma plataforma de petróleo no brasão, é um dos municípios com menor relação direta com a indústria de petróleo e gás, havendo baixa representatividade desse setor no orçamento municipal. Sua presença remete às mudanças ocorridas no plano administrativo, tendo em vista que a emancipação do município aconteceu num contexto de regulamentações referentes à arrecadação de rendas petrolíferas.

A ausência de empreendimentos da cadeia produtiva de petróleo e gás e de outras indústrias, considerados fatores de atração, somada às características socioeconômicas de sua população, contribuem para a relativa estagnação populacional a partir de 1970, comprovada pelo gráfico abaixo:



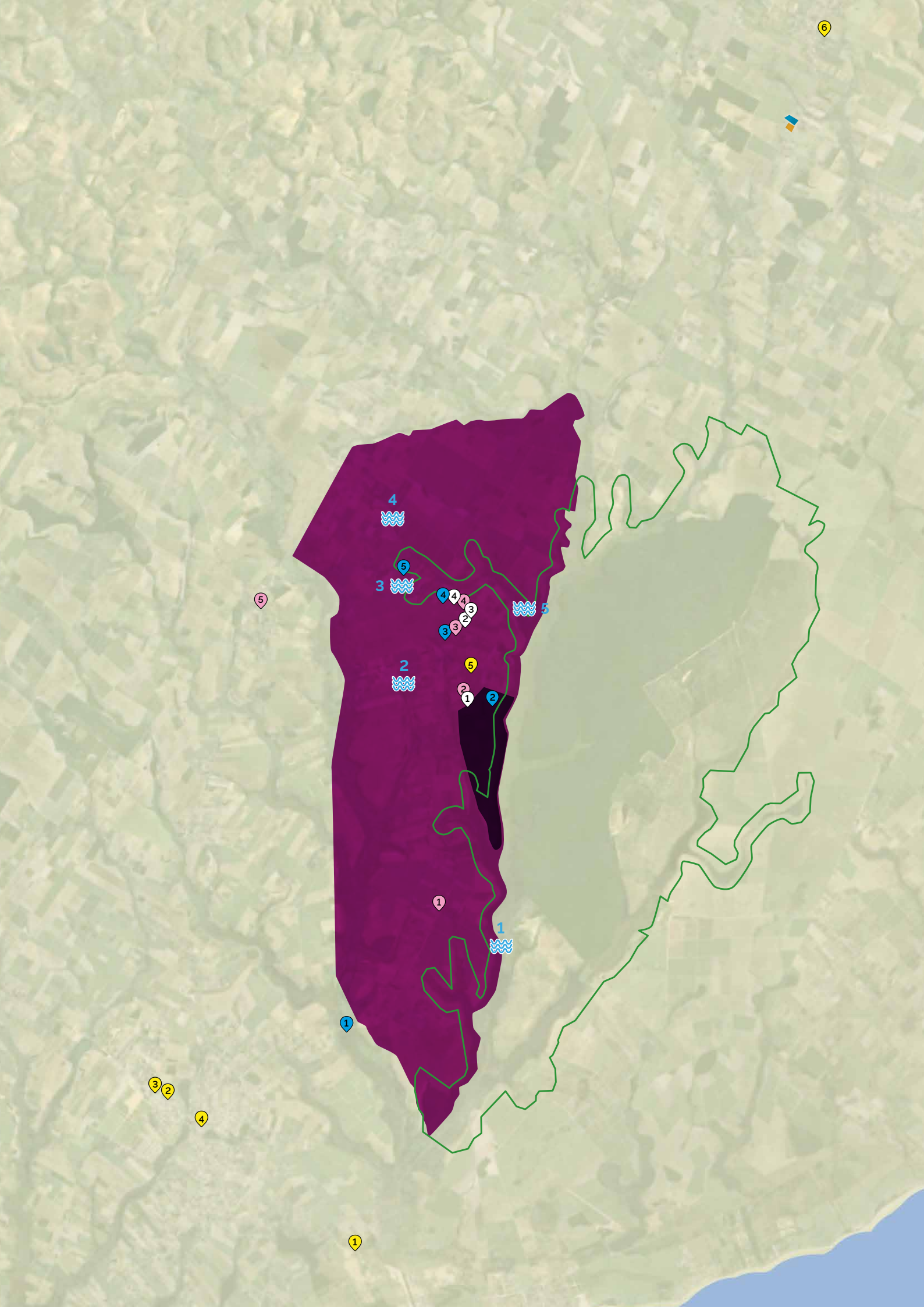
Série histórica da população de São Francisco de Itabapoana.

Em termos de características socioeconômicas, o município apresenta um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado do Rio de Janeiro. Considerando a área de atuação do PEA Rede Observação, São Francisco de Itabapoana está, junto de Presidente Kennedy e Itapemirim (ES), entre os municípios com os piores índices relacionados à escolaridade e vulnerabilidade social.

O contexto de dificuldades contribui para o processo de êxodo, principalmente dos jovens que buscam oportunidades de se qualificar e trabalhar em outros municípios do Norte Fluminense, como Macaé e Campos dos Goytacazes. Com isso, há uma desestruturação das famílias e um impacto sobre as comunidades tradicionais, pois a mão de obra jovem vai deixando de contribuir nos trabalhos físicos da agricultura familiar. Assim, ocorre um enfraquecimento da atividade tradicional, ameaçando a manutenção da produção agrícola nos moldes familiares.

Agricultor Paulo na lavoura.

Nessa conjuntura está localizada a comunidade de Carrapato/ Nova Belém, que existe há mais de 100 anos. É uma comunidade rural que vive da produção de mandioca, abacaxi, aipim, milho, jambo, laranja, limão, banana, maracujá, goiaba, coco, cana de açúcar, melancia, hortaliças, dentre outros. Segundo os agricultores mais antigos, a produção de mandioca era intensa e havia mais de 10 fábricas de farinha dentro da comunidade. A farinha de mandioca era transportada para Gargaú e de lá era distribuída para outros locais, sendo o principal fator que movimentava a economia local. Nessa época eles não enfrentavam dificuldades, pois havia muita fartura de alimentos, a pesca era liberada nos brejos e lagos e caçavam para consumo familiar. Porém, ao longo do tempo o uso de agrotóxico para produção de abacaxi foi sendo introduzido e isso afetou os cultivos e o equilíbrio ambiental.


6
4
5
3
4
4
4
3
2
3
3
5
2
5
2
1
2
1
1
1
3
2
4
1

ESEC Guaxindiba
A Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral criada em 2002. Abriga uma Mata de Tabuleiro, formação vegetal que ocorre em áreas de Mata Atlântica do noroeste do Rio de Janeiro ao Ceará. Nos últimos anos, o crescimento da população de capivaras tem gerado problemas para a agricultura. Os animais invadem as áreas de produção agrícola, comem as plantações e inviabilizam a safra. Após levantarem a pauta em reuniões do Conselho Gestor, em 2023 os agricultores formalizaram um comunicado à Gerência de Fauna do INEA e solicitaram providências sobre o manejo adequado da espécie.

Carrapato/Nova Belém
Carrapato é uma comunidade rural que se encontra totalmente inserida na Zona de Amortecimento da Estação Ecológica e enfrenta conflitos com a Unidade de Conservação (UC). Por ser uma Zona de Amortecimento, existem regras que impactam o modo de vida dos seus habitantes, como a proibição da pesca e da caça para consumo familiar, além de não poderem plantar em determinadas localidades. Também há um desequilíbrio ambiental que faz com que as capivaras invadam as plantações, prejudicando os agricultores. Diante dessa situação, eles têm reivindicado providências por parte da UC e do INEA através de reuniões no Conselho Gestor e envio de ofícios, buscando garantir a manutenção da atividade agrícola.

Ilha
A área é rodeada por brejo, formando uma "ilha". Atualmente não tem mais moradias, sendo composta somente por plantações.

Estufa da prefeitura
Era um local de venda de mudas, mas não funciona mais.

Fábrica Valter Júnior
Fábrica de suco de maracujá de grande produção até a década de 1990. Os agricultores familiares da região de Nova Belém costumavam fornecer os insumos para a fábrica. Porém, em função do alto custo de produção e depois de alguns episódios de pragas e insetos, a produção foi suspensa. Atualmente a fábrica não funciona.

1. **Lagoa de Paulo Criolo**
2. **Lagoa de Seu Aquiles**
3. **Lagoa de Zé Cruz**
4. **Lagoa de Pedrinho**
5. **Lagoa de Basílio Cruz**

1. **Igreja Batista de Nova Belém**
2. **Igreja Assembleia de Deus**
3. **Campo de futebol**
4. **Campinho do Lequinho**

1. **Porto**
Local de referência que marca o início da comunidade de Carrapato/Nova Belém.
2. **Fábrica de farinha da mãezinha**
3. **Fábrica de farinha de Zamite Ribeiro Manhães**
4. **Fábrica de farinha do Valdemir**
5. **Fábrica de farinha de Aquiles**

1. **Creche Escola Municipal Cícero Muylaert de Menezes**
2. **Pracinha da Igreja Batista**
3. **Escola Municipal Manoel Ribeiro da Hora**
4. **Unidade Básica de Saúde Rafael Nolasco Moreira**
5. **Hospital Municipal Manoel Carola**

1. **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**
Os agricultores encaminharam um ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente reforçando a solicitação acerca do problema com as capivaras.
2. **Prefeitura Municipal de São Francisco do Itabapoana**
Na sede da Prefeitura estão localizadas algumas Secretarias, como a de Controle Interno e a de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos. Após a audiência pública referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2024, os agricultores encaminharam um ofício a ambas as Secretarias reforçando as solicitações por melhorias nas condições da comunidade agrícola.
3. **Câmara Municipal de São Francisco de Itabapoana**
Local de realização das audiências públicas referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
4. **Secretaria Municipal de Agricultura**
5. **Associação dos Moradores e Produtores Agrícolas de Carrapato**
6. **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro**

Rede Observação

Mapa de Conflitos
São Francisco de Itabapoana

OCEANO ATLÂNTICO

Território agrícola de Carrapato.

Produção da agricultura familiar.

Somado ao cenário de desafios e ameaças à agricultura familiar na localidade em função do êxodo rural e da introdução de agrotóxicos, está o conflito com a Unidade de Conservação. Através do decreto n° 32.576, de 2002, foi criada a Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba, que é uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral. Ou seja, tem medidas mais restritivas. Como Carrapato se encontra totalmente inserida na Zona de Amortecimento da Estação Ecológica, enfrenta conflitos devido às regras que foram impostas e que impactaram o modo de vida dos seus habitantes, como a proibição da pesca e da caça para consumo familiar, além de não poderem plantar em determinadas localidades.

Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba.

Território agrícola e, ao fundo, a Estação Ecológica.

Por um lado, os agricultores reconhecem que a criação da Unidade de Conservação foi importante para preservar a mata. Eles acreditam que se não houvesse essa proteção, provavelmente toda a vegetação teria sido desmatada, pois havia muita retirada de mata para construção das casas e para comercialização. Porém, eles estão tendo dificuldade na instalação de energia elétrica e enfrentando problemas com as capivaras.

Nos últimos anos a população de capivaras vem aumentando e elas estão invadindo as áreas agrícolas, comendo as plantações e prejudicando a agricultura familiar. Com isso, a superpopulação de capivaras na UC é uma ameaça à produção dos agricultores, que já se encontram em situação de vulnerabilidade e vêem suas dificuldades agravadas.

Diante desse cenário, os agricultores buscam garantir a integridade do território agrícola, visando não só a permanência na terra, como também a manutenção da atividade tradicional.

Agricultor Amaro mostra um pé de mandioca comido por capivara.

Mapeamento participativo

Para espacializar as questões abordadas acima, foi realizado um mapeamento participativo durante os meses de julho, agosto e novembro de 2023. A equipe de Formação e Pesquisa utilizou o programa Google Earth Pro para localizar os pontos e áreas relacionados à atividade agrícola e considerados importantes pelo grupo prioritário.

O mapeamento participativo resultou no mapa que está dobrado entre as páginas 12 e 17. Ele é composto por pontos, áreas e ícones que representam água.

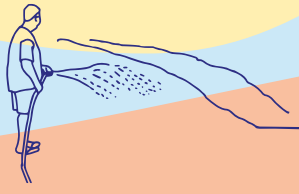
Os **PONTOS AMARELOS** representam as instituições relacionadas à atividade agrícola. São exemplos a Associação dos Moradores e Produtores Agrícolas de Carrapato (AMPROAC), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO), as Secretarias para as quais o Observatório encaminhou ofícios, bem como a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal, local onde ocorrem as audiências públicas referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os **PONTOS BRANCOS** localizam algumas referências para a comunidade, como os campos de futebol e as igrejas que os moradores frequentam.

Os **PONTOS AZUIS** identificam lugares relacionados à agricultura, como a fábrica de suco onde escoavam a produção de maracujá antigamente, as fábricas de farinha, o início do território de Carrapato e a estufa da prefeitura, que não funciona mais.

Os **PONTOS ROSAS** sinalizam locais de serviço público, como a Unidade Básica de Saúde, o hospital e a escola.

Os **ÍCONES DE ÁGUA** mostram as lagoas presentes no território, utilizadas antigamente para lazer, práticas religiosas e pesca.



Em relação às áreas, **A VERDE** refere-se à Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba, enquanto **A ROXA** é a comunidade agrícola de Carrapato. A escolha do roxo tem a ver com o fato de todo o território tradicional ser também uma área de conflito, visto que a comunidade de Carrapato está inserida na Zona de Amortecimento da UC. Nos outros mapas da coletânea "Mapa de conflitos e resistências", o **AZUL** representa os territórios tradicionais, enquanto, em **VERMELHO**, estão as áreas de conflito. Portanto, a cor roxa é o resultado da soma das cores azul e vermelho.

Durante os encontros, o grupo relatou sobre as características da produção agrícola e a respectiva forma usada atualmente para escoar essa produção, além de como a UC impactou nos costumes e no aumento de dificuldades que os agricultores passaram a enfrentar.

No site[1] do projeto é possível acessar a versão interativa, com informações detalhadas de cada localidade.

1. Navegue pelo mapa em pearedeobservacao.com

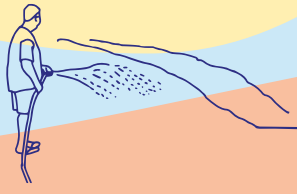
Formas de atuação frente ao conflito

Desde a sua criação, em 2002, a AMPROAC atua ativamente na luta por melhores condições para a agricultura. A partir de 2004, começaram a participar de reuniões em conselhos municipais, bem como audiências públicas relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Em 2010, encaminharam ofícios para secretarias e conseguiram, em 2011, uma reunião com o secretário municipal de educação e o vice-prefeito. Como encaminhamento, conquistaram um transporte para levar as crianças da comunidade para creches e escolas.

Vale destacar que a regularização da Associação foi importante para que alguns agricultores pudessem acessar políticas públicas de fomento à agricultura familiar, como o fornecimento de alimentos para merenda escolar durante um período. Porém, os agricultores ainda enfrentam dificuldades para escoar a produção, visto que não conseguem vender diretamente para os consumidores e dependem de atravessadores.

A partir de 2021, o PEA Rede Observação passou a atuar junto à comunidade, fomentando maior organização social e participação de outros agricultores nos espaços públicos de debate e decisão. Se antes a participação se resumia ao presidente ou poucos representantes, nesses últimos anos tem havido um crescimento no número de pessoas que acompanham ativamente as discussões.

Durante esse período o PEA tem apoiado a discussão sobre os problemas enfrentados pela agricultura familiar, formulação coletiva de estratégias, assim como a produção de documentos.

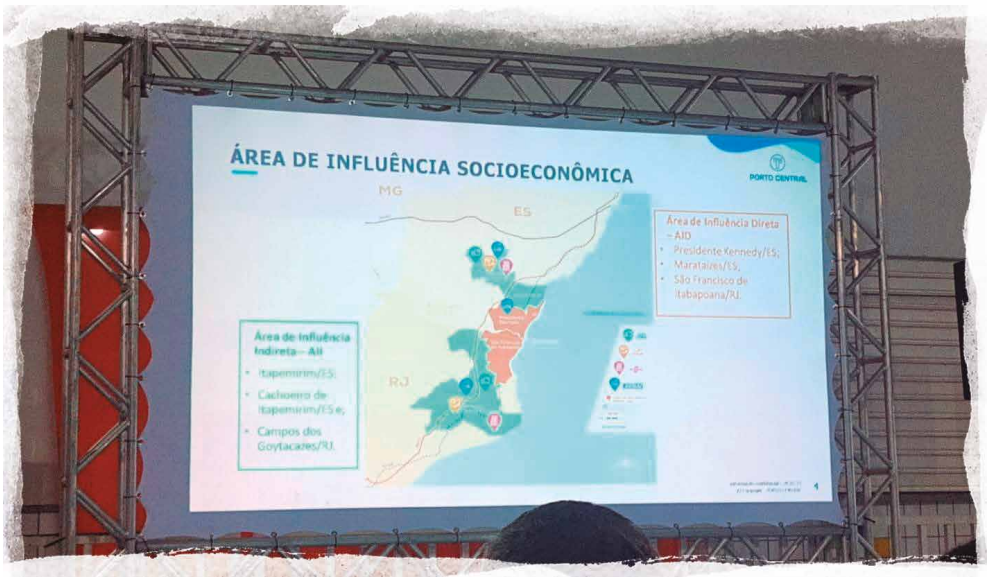


Participantes do Rede Observação após reunião do Conselho Gestor da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba.

Diante do problema com a capivara, eles têm reivindicado providências por parte da UC e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) através de reuniões no Conselho Gestor – espaço que a AMPROAC faz parte desde sua criação, em 2012. Em 2023, foi encaminhado um ofício à Gerência de Fauna do INEA, buscando um manejo adequado da espécie, sem prejuízo da atividade agrícola.

Ainda em 2023, os agricultores participaram em peso da audiência pública da LDO/2024 e da audiência pública sobre o Porto Central, que será instalado no município de Presidente Kennedy (ES), próximo à divisa com São Francisco de Itabapoana.

Agricultores participam de audiência pública sobre o Porto Central.



Audiência pública do Porto Central - São Francisco de Itabapoana presente na Área de Influência Direta do empreendimento.

Agricultora Margarete se manifesta em audiência pública da LDO.

Agricultores presentes na audiência pública da LDO.

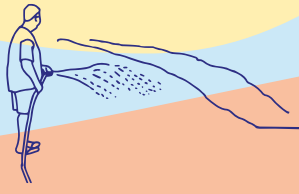
Considerações finais

Através das atividades pedagógicas do projeto, os grupos prioritários vão desvendando coletivamente as relações entre as transformações ocorridas nos municípios, os grupos sociais impactados, os conflitos decorrentes dos processos de reorganização territorial, os atores sociais envolvidos, seus interesses e as formas de atuação diante do conflito.

Partimos da compreensão de que o "direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, passa pelas relações político-institucionais e societárias. Como a mediação de interesses e conflitos entre atores sociais cabe ao Poder Público, o conhecimento da existência de espaços públicos de decisão se configura como um passo inicial e necessário para uma gestão ambiental participativa.

Ao passo que a complexidade presente na realidade é problematizada, também são identificados os espaços de incidência política possíveis, havendo um incentivo e apoio à formulação de estratégias para intervenção coletiva e organizada. Ou seja, para além do conhecimento das disputas e estruturas presentes nos territórios, os grupos debatem encaminhamentos concretos na luta por direitos. Nesse sentido, buscamos proporcionar condições para que sejam produzidos e adquiridos, coletivamente, conhecimentos e habilidades para intervenção nos processos decisórios.

Assim, as reflexões sobre as condições existentes no território, somadas ao conhecimento relativo às políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais e aos espaços de participação social permitem caminhar no sentido de uma cidadania ativa, ou seja, de grupos organizados e atuantes da Gestão Ambiental Pública.



Foi nesse contexto de valorização da trajetória de cada grupo prioritário que este material foi produzido. Ele consolida a produção coletiva de conhecimento acerca das questões municipais e regionais que impactam as atividades tradicionais e registra as estratégias utilizadas pelos grupos.

Vale ressaltar que a atuação na Gestão Ambiental Pública está associada ao nível de organização social de um determinado grupo. Nas comunidades com um histórico de acompanhamento de PEAs e/ou envolvimento com movimentos sociais, os grupos tendem a estar mais organizados, qualificados e fortalecidos para incidir politicamente. Já em lugares que não há esse histórico e que o Rede Observação foi o primeiro PEA a atuar junto à comunidade, foi necessário um processo anterior, de reconhecimento e valorização da identidade e cultura tradicional, para que se formasse um grupo coeso, fortalecido e ativo.

Esperamos que esse material possa ser utilizado como evidência das disputas presentes nos territórios tradicionais e que seja uma ferramenta que corrobore com as reivindicações dos sujeitos prioritários em espaços de participação social.

CRÉDITOS

Integrantes do Mapeamento Participativo em São Francisco de Itabapoana
Alaildo Barreto
Aleandalba Alves
Ana Júlia
Ana Vitoria
Daniele da Silva
David Arantes
Deise Moreira
Eloa Pereira
Eniete Ribeiro
Ester Custódio
Genilza Oliveira
Hikelme Abrel
Jhenifer
João Ricardo Moreira
Jorge Vieira
Joselia Ricardo
Josiana Oliveira
Juan Pablo
Margarete Alves
Maria Lúcia Santos
Mariane Gaspar
Marinete Custódio
Prisciele Oliveira
Rosa dos Santos
Rosely Gaspar
Sophia Pereira
Taiane Pereira
Vera Costa

Pesquisa e elaboração
Yashmin Loureiro

Revisão do conteúdo
Camila Souza, Carlos Frederico Loureiro e Raynan Aguilar

Mapas
Maria Eduarda Perpétuo, Pedro Biz e Yashmin Loureiro

Projeto gráfico
Pedro Biz

Ilustrações
Pedro Biz

EQUIPE EXECUTORA DO PEA REDE OBSERVAÇÃO

Coordenadora geral
Camila Panno

Orientador metodológico
Carlos Frederico Loureiro

Educadoras de Formação e Pesquisa
Camila Souza, Raynan Aguilar e Yashmin Loureiro

Educadores de Comunicação Popular
Gabriel Amorim e Murilo Marques

Educadores de Teatro do Oprimido
Anelise Vargas e Júlio Caldeira

Articuladoras locais em São Francisco de Itabapoana
Camila Oliveira e Valquiria Gomes

EQUIPE PRIO

Coordenadora de socioeconomia
Aline Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L892m Loureiro, Yashmin.
Mapa de conflitos e resistências: São Francisco de Itabapoana / Yashmin Loureiro; ilustrações Pedro Biz. – Rio de Janeiro, RJ: Rede Observação, 2024.
28 p. : il. ; 21 x 29,7 cm – (Projeto de Educação Ambiental Rede Observação)

ISBN 978-65-5872-742-2

1. Cartografia social – São Francisco de Itabapoana(RJ). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Conflitos sociais – Brasil. I. Biz, Pedro. II. Título.

CDD 305.896

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

A Petrorio, a maior operadora independente de óleo e gás do Brasil, a partir de abril de 2022, passou a ter uma nova identidade visual e a ser conhecida como PRIO. Essa mudança reflete a eficiência da empresa na sua gestão. Com foco na recuperação de ativos em produção, é especializada na gestão de reservatórios e na revitalização de campos maduros através da maior eficiência operacional, da redução dos custos de produção e das despesas corporativas. O aumento na eficiência e a confiabilidade nos ativos são os principais atributos para reduzir a emissão de CO_2 e a queima de gás consumida em suas operações, minimizando o impacto ambiental e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua por meio de boas práticas de segurança, respeito ao meio ambiente e cuidado com a saúde dos colaboradores.

A realização do PEA Rede Observação é uma medida de mitigação do Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.